

Serviço Nacional de Aprendizagem do  
Cooperativismo no Estado de Roraima

Demonstrações Contábeis acompanhadas do  
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	10

# Relatório dos auditores independentes

**Grant Thornton Auditores Independentes**  
Rua João de Abreu, Sl B-43 – Qd. F8 – Lt. 24e  
Edifício Aton | Setor Oeste  
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444  
F +55 62 3215.8499  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Administradores e Conselheiros do  
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima  
Boa Vista – RR

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima (Sescoop RR ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração do Sescoop RR é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Sescoop RR para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Sescoop RR. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva técnica**

#### **Reapresentação das demonstrações contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.1, a Entidade realizou correção de erros em 2015, correspondentes aos exercícios anteriores, os quais foram registrados diretamente no patrimônio social sem a devida reapresentação para fins de comparação como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Consequentemente para o exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2014, nas demonstrações contábeis, o saldo de “Convênios e projetos” no ativo está superavaliados em R\$14.788, o saldo de “Salários, encargos sociais e imposto a recolher” no passivo está subavaliado em R\$ 2.355 e os saldos de “Contas a pagar” e “Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários” no passivo estão superavaliados em R\$7.631 e R\$30.233, respectivamente.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

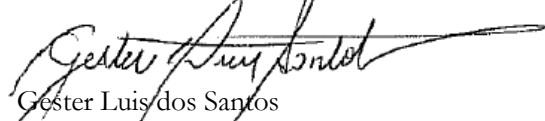
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva técnica, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Outros assuntos**

##### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas e emitimos relatório dos auditores independentes em 28 de setembro de 2015, contendo abstenção de opinião pelas seguintes limitações: i) perda de ativo imobilizado não reconhecida, formalizada pela diretoria executiva e reconhecida no exercício de 2015; ii) limitação por ausência de apresentação de controle e documentação suporte; iii) limitação por ausência de apresentação de documentação suporte sobre dispêndios ocorridos, sem efeito no efeito no exercício de 2015.

Goiânia, 08 de abril de 2016.



Gester Luis dos Santos  
Contador/CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RR

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

<b>ATIVO</b>			
	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	260.246	173.029
Outros Créditos	4	5.297	-
Despesas pagas antecipadas	-	1.603	1.896
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>267.146</u>	<u>174.925</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Convênios e projetos	5	-	14.788
Outros Créditos	-	-	3
Imobilizado	6	146.938	9.918
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>146.938</u>	<u>24.709</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>414.084</u></u>	<u><u>199.634</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	7	-	7.631
Salários, encargos sociais e imposto a recolher	8	15.357	10.588
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	9	25.578	46.933
Outras Obrigações	-	2.310	30
Obrigações com convênios	10	84.395	60.822
<b>Total do passivo circulante</b>		----- 127.640	----- 126.004
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio Social	12	----- 286.444	----- 73.630
		----- 286.444	----- 73.630
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		----- 414.084	----- 199.634

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	13	1.330.281	1.035.086
<b>(Despesas)/ outras receitas operacionais</b>			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	14	(267.806)	(198.619)
Despesas Administrativas	15	(215.457)	(160.248)
Despesas de serviços profissionais contratados	16	(641.196)	(351.044)
Despesas institucionais	-	(13.812)	(37.314)
Despesas tributárias	-	(468)	(555)
Despesas de depreciações	6	(5.114)	(24.468)
Outras receitas/despesas operacionais	17	(9.400)	(246.939)
		----- (1.153.253)	----- (1.019.187)
Resultado financeiro líquido	18	15.065	4.194
<b>Superavit do exercício</b>		----- <u>192.093</u>	----- <u>20.093</u>

**As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.**

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos acumulados em 31/12/2013</b>		53.537	-	53.537
Superávit do exercício	-	-	20.093	20.093
Transferência para patrimônio social	-	20.093	(20.093)	-
		-----	-----	-----
<b>Saldos acumulados em 31/12/2014</b>		73.630	-	73.630
Superávit do exercício	-	-	192.093	192.093
Ajustes de exercícios anteriores	12.1	-	20.721	20.721
Transferência para patrimônio social	-	212.814	(212.814)	-
		-----	-----	-----
<b>Saldos acumulados em 31/12/2015</b>		<u>286.444</u>	<u>-</u>	<u>286.444</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



# Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>		
Superavit do exercício	192.093	20.093
<b>Ajustes para reconciliar o superavit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>		
Depreciação	5.114	24.468
Baixa imobilizado	9.421	-
Provisão para perda	-	191.774
	<u>206.628</u>	<u>236.335</u>
<b>(Aumento) nos ativos</b>		
Outros créditos	(5.293)	(188.830)
Despesas pagas antecipadas	292	(522)
Convênios e projetos	14.788	-
	<u>9.787</u>	<u>(189.352)</u>
<b>Aumento nos passivos</b>		
Contas a pagar	(7.631)	860
Salários, encargos sociais e imposto a recolher	4.769	6.868
Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários	(21.355)	(4.610)
Outras Obrigações	2.280	30
Obrigações com convênios	23.573	60.822
	<u>1.636</u>	<u>63.970</u>
<b>Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais</b>	<u>218.051</u>	<u>110.953</u>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		
Adições do ativo imobilizado	(151.555)	(1.701)
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades de investimento</b>	<u>(151.555)</u>	<u>(1.701)</u>
<b>Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos</b>		
Ajustes de exercícios anteriores - Patrimônio social	20.721	-
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos</b>	<u>20.721</u>	<u>-</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>87.217</u>	<u>109.252</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	173.029	63.777
No final do exercício	260.246	173.029
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>87.217</u>	<u>109.252</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

*“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”*

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional, o Sescoop Nacional (Sescoop NA), com sede em Brasília, e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com uma grande

capilaridade, o que, entre outras vantagens, confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

*“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”*

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

*“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) – VI – Instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”*

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescoop RR está isento também da contribuição social.

As operações dos Sescoops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Entidade no dia 08 de abril de 2016.

## **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Base de apresentação**

#### **2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as

quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.1.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis**

### **2.2.1. Apuração do resultado**

O resultado das operações do Sescop RR, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescop RR são reconhecidas contabilmente quando da sua originação, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

### **2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### **2.2.3. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 6.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **2.2.4. Contas a Pagar**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescop RR bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.2.5. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas**

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário, encargos e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### **2.2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação sejam prováveis, as quais ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **2.2.7. Receitas de despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

### **2.2.8. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais, a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

## **2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor**

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização.

## **2.5. Gestão de riscos**

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa —> órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal —> órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração —> órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia concentração de risco de crédito relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	42.471	56.820
Aplicações financeiras (a)	217.775	116.209
<b>Total</b>	<b>260.246</b>	<b>173.029</b>

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Poupança e Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

### 4. Outros créditos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos diversos (a)	270.036	270.036
Outros créditos	5.297	-
Provisão para perda (a)	(270.036)	(270.036)
<b>Total</b>	<b>5.297</b>	<b>-</b>

a) Sede da Entidade sofreu acidente causado por incêndio, tendo grande parte da documentação danificada (perda total/parcial). Desta forma, os pagamentos realizados no período de outubro a dezembro de 2014, cuja documentação não pode ser recuperada, foram registradas no ativo e consequentemente constituída provisão para perda. Na medida em que a Entidade for obtendo novamente os documentos que suportem os pagamentos e despesas, a provisão para perda será reverdida.

### 5. Convênios e projetos

Descrição	31/12/2015	31/12/2013
Projetos específicos liberados – Ativo Não Circulante	-	14.788
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>14.788</b>

### 6. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Benfeitorias Em Imóveis de Terceiros	20%	60.042	(2.862)	57.180	496
Moveis e Utensílios	10%	33.400	(557)	32.843	-
Veículos	20%	99.700	(99.699)	1	1
Máquinas e Equipamentos	10%	24.890	(988)	23.902	4.061
Equipamentos de Informática	20%	34.750	(1.738)	33.012	1.702
Outros Bens Móveis	10%	-	-	-	3.658
<b>Total do imobilizado</b>		<b>252.782</b>	<b>(105.844)</b>	<b>146.938</b>	<b>9.918</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2013	Adição	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2014
Benfeitorias Em Imóveis de Terceiros	674	-	(178)	496
Moveis e Utensílios	17	-	(17)	-
Veículos	18.757	-	(18.756)	1
Máquinas e Equipamentos	7.356	-	(3.295)	4.061
Equipamentos de Informática	2.223	1.701	(2.222)	1.702
Outros Bens Móveis	3.658	-	-	3.658
<b>Total</b>	<b>32.685</b>	<b>1.701</b>	<b>(24.468)</b>	<b>9.918</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa (a)	Depreciação	Baixa Depreciação (a)	Saldo líquido em 31/12/2015
Benfeitorias Em Imóveis de Terceiros	496	58.515	-	(1.831)	-	57.180
Móveis e Utensílios	-	33.400	(6.542)	(557)	6.542	32.843
Veículos	1	-	-	-	-	1
Máquinas e Equipamentos	4.061	24.890	(41.521)	(988)	37.460	23.902
Equipamentos de Informática	1.702	34.750	(33.987)	(1.738)	32.285	33.012
Outros Bens Móveis	3.658	-	(5.355)	-	1.697	-
<b>Total</b>	<b>9.918</b>	<b>151.555</b>	<b>(87.405)</b>	<b>(5.114)</b>	<b>77.984</b>	<b>146.938</b>

(a) Em função da perda ocorrida no incêndio em fevereiro de 2015, a Entidade levantou as perdas físicas e através da Ata 61 (sexagésima primeira) de reunião ordinária do conselho administrativo, formalizou e aprovou as baixas dos saldos contábeis remanescentes.

## 7. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de serviços	-	7.631
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.631</b>

## 8. Salários, encargos sociais e impostos a recolher

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e as retenções de impostos sobre a prestação de serviços, cuja posição está descrita a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	2.002	3.219
INSS a recolher	7.960	5.733
FGTS a recolher	1.722	773
PIS a recolher	211	66
IRRF a recolher	3.374	709
Outros	88	88
<b>Total</b>	<b>13.357</b>	<b>10.588</b>

## 9. Provisões trabalhistas e de encargos previdenciários

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes das folha de pagamento dos funcionários.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de férias	19.275	14.717
Provisão INSS sobre férias	4.568	5.114
Provisão FGTS sobre férias	1.542	9.631
Provisão PIS sobre férias	193	475
Provisão de 13 salário	-	12.640
Provisão INSS sobre 13 salário	-	3.077
Provisão FGTS sobre 13 salário	-	1.072
Provisão PIS sobre 13 salário	-	201
Outras provisões	-	6
<b>Total</b>	<b>25.578</b>	<b>46.933</b>



## 10. Obrigações com convênios

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Projeto Especial Fundecoop	84.395	60.822
<b>Total</b>	<b>84.395</b>	<b>60.822</b>

A Entidade recebeu recursos do SESCOOP Nacional para realização do Projeto Especial Fundecoop 035/2013, cujo tema é “Especialização em Gestão de Cooperativas” com período de término em dezembro de 2016. Enquanto o recurso não for aplicado no projeto, o mesmo é mantido como uma obrigação, tendo em contra partida uma aplicação financeira.

## 11. Provisão para demandas judiciais

A Entidade não é parte em processos judiciais e/ou administrativos em andamento.

## 12. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit e déficit acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio Social	286.444	73.630
<b>Total</b>	<b>286.444</b>	<b>73.630</b>

### 12.1 Ajustes de exercícios anteriores

No decorrer do exercício de 2015, a Entidade identificou-se a necessidade de realização de correção de erros, correspondentes aos exercícios anteriores, os quais foram registrados diretamente ao patrimônio social e estão assim compostos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FGTS/PIS sobre folha de pagamento	(2.355)	-
Projeto MBA em gestão de cooperativas	(14.788)	-
Contas a pagar	7.631	-
Provisões trabalhistas e previdenciárias	30.233	-
<b>Total</b>	<b>20.721</b>	

## 13. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de contribuições (a)	271.325	164.762
Receitas de transferências (b)	939.769	870.324
Receitas de projetos especiais (Fundecoop/MBA)	119.187	-
<b>Total</b>	<b>1.330.281</b>	<b>1.035.086</b>

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre a folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;
- (b) Refere-se a complemento de recurso repassado pelo SESCOOP Nacional para aplicação na atividade do cooperativismo;

**14. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Salários e proventos	(185.862)	(137.864)
Encargos trabalhistas	(59.846)	(48.324)
Benefícios	(22.098)	(12.431)
<b>Total</b>	<b>(267.806)</b>	<b>(198.619)</b>

**15. Despesas administrativas**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Dirigentes e conselheiros	(4.925)	(4.706)
Ocupação e serviços públicos	(7.140)	(16.571)
Comunicações	(24.986)	(16.161)
Passagens e locomoções	(47.534)	(15.654)
Diárias e hospedagens	(47.568)	(26.812)
Material diversos (a)	(83.304)	(80.344)
<b>Total</b>	<b>(215.457)</b>	<b>(160.248)</b>

(a) Este montante está substancialmente representado por despesas de computáveis e lubrificantes, material de copa e limpeza, expediente, informática e refeições e lanches.

**16. Despesa com serviços profissionais contratados**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Instrutores e consultoria	(480.465)	(208.606)
Serviços técnicos especializados	(90.705)	(96.771)
Serviços de transportes	(21.249)	(12.328)
Serviços gerais	(25.349)	(26.413)
Estagiários	(1.800)	-
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(21.628)	(6.926)
<b>Total</b>	<b>(641.196)</b>	<b>(351.044)</b>

**17. Outras receitas/despesas operacionais**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas (a)	21	23.098
Custo na baixa do ativo imobilizado	(9.421)	-
Provisão para perdas diversas	-	(270.037)
<b>Total</b>	<b>(9.400)</b>	<b>(246.939)</b>

## 18. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	16.546	4.757
<b>Total</b>	<b>16.546</b>	<b>4.757</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(1.481)	(563)
<b>Total</b>	<b>(1.481)</b>	<b>(563)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>15.065</b>	<b>4.194</b>

## 19. Partes relacionadas

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmicos a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.

## 20. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*